



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 109

IV Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 30 de Setembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos

Feita a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião.

1. **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 54/2011 – “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve encomendar um estudo circunstanciado, definindo o conceito de serviço público de audiovisual optimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores, a um grupo de trabalho constituído por quatro especialistas com reconhecidas competências na área da comunicação social”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima, a dispensa de exame em comissão foi aprovada por unanimidade.

2. **Projecto de Resolução n.º 54/2011 – “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve encomendar um estudo circunstanciado, definindo o conceito de serviço público de audiovisual optimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores, a um grupo de trabalho constituído por quatro especialistas com reconhecidas competências na área da comunicação social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

No debate do diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação o Projecto de Resolução foi aprovado por maioria.

3. **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 55/2011 – “criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento e avaliação da implementação das políticas de coesão”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a apresentação da urgência pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Berto Messias (*PS*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

4. **Pedido de autorização para prestação de depoimento, como testemunha, da Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, no âmbito do processo de inquérito à EBS da Povoação, a correr termos na Inspeção Regional da Educação, n.º IRE/02.03/2011**

Submetido à votação o relatório da Comissão foi aprovado por unanimidade.

5. **Proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de Setembro**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António André **Pimentel**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Pode entrar o público.

Vamos entrar de imediato na agenda. Temos como ponto da nossa agenda o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 54/2011 – “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve encomendar um estudo circunstanciado, definindo o conceito de serviço público de audiovisual optimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores, a um grupo de trabalho constituído por quatro especialistas com reconhecidas competências na área da comunicação social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se me permite Sr. Presidente em primeiro lugar para justificar as ausências da minha bancada dos dois Deputados, somos poucos ainda, e tiveram outros compromissos políticos que tiveram que assumir em nome do partido. De resto, simplesmente, eu penso que não precisa grandes explicações, o pedido de urgência já foi por nós debatido esta semana toda. Todos sabemos o que se está a passar a nível nacional e é nesse sentido que urge esta casa tomar posição sobre a matéria e parece-me que a única forma que tínhamos de o fazer era, exactamente, neste plenário e hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições vou passar à votação. Vamos votar o pedido de urgência do CDS-PP para esta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora entrar na substância da resolução propriamente dita.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para apresentar o projecto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Entendemos apresentar esta resolução com um objectivo: e vamos discutir serviço público e RTP/Açores, RDP/Açores já que se trata do serviço de rádio e televisão dos Açores, trata-se do serviço audiovisual dos Açores. E o serviço público de rádio e televisão são duas coisas diferentes que podem ter pontos em comum. Já o dissemos várias vezes que a RTP/Açores como está não pode continuar; a RTP/Açores tem que ser reestruturada a todos os níveis, tem que ser reestruturada, quer a nível de pessoal, quer a nível técnico, quer a nível de instalações, quer a nível de correspondentes, quer a nível de delegações nas ilhas e, portanto, há um trabalho muito importante para fazer.

Agora para fazermos esse trabalho é preciso que nós açorianos saibamos o que queremos para podermos dizer o serviço público de rádio e televisão nos Açores é isto. E isto é tão mais importante quando a RTP/Açores está sob forte ataque da República. E é importante que nós açorianos saibamos definir o que é o serviço público numa região como os Açores, porque infelizmente há muita gente na República e inclusivamente nesse grupo de trabalho que foi criado para definir o conceito público de rádio e televisão em Portugal que não diferencia o que é o serviço público numa região arquipelágica como os Açores e o serviço público no continente ou até na Madeira.

Portanto, um estudo que defina esse conceito e um estudo que tenha em conta a realidade açoriana nas suas mais diversas vertentes, desde logo na vertente geográfica, depois na vertente social, mas também na vertente política. E é preciso não esquecer como somos bastas vezes esquecidos pela República, pela

comunicação social do continente de uma maneira geral, quer pública, quer privada, da nossa realidade geográfica, social e política, da nossa realidade de região autónoma, da nossa realidade de termos órgãos de governo próprio e da nossa realidade de nós próprios termos uma palavra a dizer sobre o nosso futuro e aquilo que queremos para os Açores.

Também para definir a coesão social e territorial dos Açores, o contributo da rádio e televisão para essa coesão social e territorial dos Açores, mas também para a coesão social e territorial nacional do país como um todo, é importante ter este conceito muito bem apurado.

É preciso que se perceba que se no continente as estações privadas de rádio e televisão fazem ou podem fazer algum serviço público, nos Açores, nas actuais circunstâncias, na realidade que nós conhecemos, é impossível a qualquer estação privada de rádio e televisão prestar um serviço público de dimensão regional nos Açores.

Esse papel tem que caber a uma rádio e televisão pública. Não há outra hipótese de o fazer numa região arquipelágica como a nossa, numa região que não tem dimensão em algumas ilhas para ter órgãos de comunicação social privados de dimensão regional.

Temos alguns quase de dimensão concelhia e ainda bem que os temos e eu aqui presto-lhes a nossa homenagem pelo trabalho que fazem nas suas ilhas e muitas vezes no seu concelho, mas esse serviço público de dimensão regional, uma rádio de informação regional, uma televisão de dimensão regional, só pode ser feita com estações públicas e de uma coisa não temos dúvidas: tem que se cumprir a Constituição e a Lei financiada pelo Estado.

Essa é uma das condições que também me parece que se chegará nesse estudo, porque o que está aqui em causa é sim o futuro do audiovisual público na Região Autónoma dos Açores. É para isso, e sobretudo com este objectivo, que apresentamos este Projecto de Resolução.

Devemos estar atentos e vigilantes até ao que se está a passar actualmente. Já tivemos aqui várias iniciativas: debate de urgência, a resolução ontem dos três

partidos que aqui apresentaram e que nós votámos favoravelmente, e, portanto, mais uma vez é preciso mostrar a nossa união.

Além da preocupação com o presente é preciso estarmos muito preocupados e sermos preventivos e proactivos em relação ao futuro. Entendi convidar para presidir a este grupo de trabalho um açoriano, um homem com um curriculum extraordinário, que é licenciado em sociologia.

Vou dizer muito brevemente o curriculum do Prof. Doutor José Manuel Mendes, mas se quiserem eu depois posso distribuir a todos porque o tenho aqui e posso facultar a todos os grupos parlamentares.

É açoriano, como já disse, natural da Terceira, é licenciado em Sociologia, foi docente da Universidade dos Açores durante uns anos, é doutorado em Sociologia com um doutoramento na Especialização de Cultura do Conhecimento e da Comunicação. Foi Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, orientou várias teses de doutoramento e sobretudo também tem uma especialização. É membro de vários organismos europeus ao mais alto nível, ao nível das catástrofes e da comunicação de risco.

Aliás, tem colaborado com a Protecção Civil dos Açores e é preciso também não esquecer o papel da rádio pública e da televisão pública numa região como a nossa, infelizmente sujeita a várias catástrofes, infelizmente sujeita a intempéries imprevisíveis que acontecem quase de uma hora para a outra. É preciso que o serviço público de rádio televisão também garanta essa cobertura, essa coesão e essa informação actualizada a todos nós para que todos nos possamos conhecer mais uns aos outros, mas também que não se descuide essa vertente muito importante da Protecção Civil e do papel que a rádio e televisão têm na Protecção Civil.

Por isso mesmo também entendi que era mais uma qualidade e mais um atributo que o Professor José Manuel Mendes tinha para desempenhar este papel. Julgo que prestará um bom serviço gratuito (não vai ganhar nada por isso) à Região Autónoma dos Açores, como açoriano ele vai fazê-lo com muito gosto.

Por outro lado, entendemos também que era fundamental existir nesse grupo de especialistas com elo de ligação a esta casa gente que é de fora da Assembleia que será naturalmente de fora. Não sei quem ele vai escolher, nem lhe perguntei, nem quis saber quem é que ele vai escolher (essas mais três pessoas) para integrar o grupo com ele.

Preocupou-me, e também foi uma preocupação dele, que houvesse alguém que pudesse integrar de pleno direito esse grupo, que pudesse naturalmente tratar desses assuntos, depois da relação do Parlamento, com gente exterior ao Parlamento, que não conhecesse a dinâmica, nem como funciona esta casa, nem as burocracias, nem como é que tudo isto funciona.

Quero, agradecer muito sinceramente à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues ter aceite esse trabalho, porque é um trabalho difícil, mas tenho por ela toda a consideração e sei que a sua competência será naturalmente sublinhada e enfatizada nesse grupo de trabalho. Pela nossa parte muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições. O Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tomo a palavra para afirmar o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este Projecto de Resolução, dizendo o seguinte:

Pese embora, conforme já referi em intervenções anteriores durante esta semana de plenário, tenha havido uma evolução substancial ao nível da lei e até mesmo do clausulado dos contratos de concessão no que respeita à definição dos direitos da Região e das obrigações do Estado no âmbito do serviço público de rádio e televisão, mais especificamente do serviço público de televisão, com evoluções do quadro legal que consideramos significativas e com a consagração no contrato de concessão de serviço público de rádio e televisão que hoje está em vigor e que foi assinado em 25 de Março de 2008 (designadamente na sua clausula 12.^a, daquilo que é a composição mínima do serviço público de

televisão nas regiões Autónomas dos Açores e conseqüentemente também no acordo complementar a esse contrato de concessão da atribuição de 4,35% do conjunto dos proveitos públicos como o custo imputado ao centro de custos do serviço público de rádio e televisão na Região autónoma dos Açores), essa foi a primeira tentativa e concretização daquilo que resulta da aplicação do preceito constitucional e dos preceitos legais relativos ao serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Nunca é demais ponderarmos sobre aquilo que está definido neste momento, quer no contrato, quer no acordo complementar, sobre aquilo que nós queremos que no futuro seja em termos de dimensão e em termos de afectação de proveitos públicos pelo Estado a esse mesmo serviço.

Portanto, apoiaremos como já disse este Projecto de Resolução no sentido de que esses técnicos tragam um contributo para que esta Casa possa reflectir sobre aquilo que deve ser o âmbito e o compromisso do Estado na garantia do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Relativamente ao Projecto de Resolução que nos foi proposto pelo CDS-PP nós temos aqui algumas dúvidas. Desde logo, porque consideramos que o objectivo do estudo não está claramente definido. É muito vago.

Depois não temos nada, digamos, eu até tive o cuidado de ir ver o curriculum do Professor Doutor José Manuel Mendes e, de facto, sim senhor, é um excelente curriculum. Não tenho nada, digamos, a opor eventualmente à indicação do nome que é proposto pelo CDS-PP, mas já tenho relativamente à forma como é constituído o grupo de trabalho, uma vez que depende dele a nomeação dos restantes elementos.

Também não tenho nada contra o facto da Deputada Isabel integrar o grupo, mas não me parece que esta seja a melhor forma de chegarmos ao objectivo que o CDS pretende, embora eu tenha algumas dúvidas sobre o objectivo que o CDS pretende, uma vez que define o objecto do estudo de uma forma muito

limitada e muito vaga, o que pode acarretar alguns perigos para aquilo que todos nós certamente queremos, que é contribuir não só para a estabilidade do Centro Regional da RTP/Açores, incluindo a rádio e a televisão certamente.

Mas se todos queremos isso, certamente nem todos consideramos, não estamos unidos, digamos, na estratégia e no caminho e sobretudo na forma como deve funcionar a RTP/Açores.

Portanto, julgo que encerra aqui alguns perigos a aprovação deste Projecto de Resolução em função daquilo que são as dúvidas que se me ofereceram quando li cuidadosamente o Projecto de Resolução do CDS-PP. E, como tal, este Projecto de Resolução vai merecer o voto contra do PCP.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de todo este tempo de debate, não só nesta semana, mas ao longo dos últimos tempos, sobre o serviço público de rádio e televisão, se há conclusão que me parece minimamente consensual é a da necessidade de se definir e actualizar o conceito de serviço público se se entender o que de facto é aquilo que preenche os requisitos para considerarmos que estamos perante um verdadeiro serviço público que cumpra os seus objectivos.

No sentido de que, como já afirmei, noutra ocasião, não podemos defender o serviço público porque sim, porque tem que haver serviço público, tem de ser um serviço público fundamentado com razões claras e objectivas que o sustentem de uma forma inequívoca, quer no tempo de duração da emissão, quer na forma, quer no modo, mas, sobretudo, como dizia ainda ontem no conteúdo desse serviço público na actualização desse serviço público.

Obviamente que o serviço público de rádio e televisão hoje não será o mesmo que levou à criação desse serviço público. As circunstâncias temporais são claramente distintas e especiais também. O mundo hoje não é o mesmo que era o mundo há 30 anos e tudo isto identifica a necessidade de se criar um modelo de serviço público tendo em conta que também me parece minimamente

objectivo, não direi consensual, mas daí o objectivo de que o que existe neste momento não serve.

Como as coisas estão agora não estão bem. É preciso que não se fique pela conversa, pelo debate e, portanto, que se dêem passos. Parece-me que este é mais um passo é um elemento que poderá ser importante no sentido de densificar este conceito de serviço público.

Como dizia ontem não podemos dar muitos mais passos apenas no debate. Temos que dar, nem que sejam poucos passos no sentido das soluções. Este é, na nossa perspectiva, um passo para se construir um modelo que poderá, de certa forma, consolidar estes pressupostos do serviço público, mas sobretudo que se comecem a acabar com os equívocos que serviram muitos para destruir o serviço público.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai abster-se relativamente a este Projecto de Resolução do CDS. No entanto, considera que aparentemente pode parecer contraditório, mas explicarei porque não é. Considera meritória esta intenção de se criar um grupo de trabalho que no fundo conceptualize o serviço público de rádio e televisão, atentas as especificidades duma região como é o caso dos Açores.

É meritória e é necessária. Mas às vezes, estando de acordo com os objectivos, divergimos na maneira de os alcançar e sobretudo neste caso concreto no *timing*, ou seja, para o BE aquilo que neste momento é essencial não é definir o serviço público de rádio e televisão na Região autónoma dos Açores, é defender o serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

E, do nosso ponto de vista, é aí que todos nós deveremos estar concentrados, porque, Sras. e Srs. Deputados, no limite nós corremos o risco, ou podemos estar a correr o risco, de passados os 90 dias que é o prazo para apresentação das conclusões deste grupo de trabalho, quando vierem dizer-nos o que é que

deve ser o serviço público de rádio e televisão nesta região, já não haver serviço público de rádio e televisão nesta Região.

Portanto, é repetindo, concordando com o objectivo, discordamos do *timing* e achamos que é tirar força e desconcentrar aquilo que neste momento deve ser a nossa preocupação fundamental, que é exactamente o centro da nossa acção, que deve ser lutar e utilizar todos os instrumentos que estejam à nossa mão para manter o serviço público e depois, sim, vir a defini-lo nas suas especificidades.

Portanto, a nossa discordância não é no objectivo, não é na generosidade daquilo que se pretende, é no *timing* preciso em que isto é apresentado.

Votaremos a favor quando estiver claramente assegurado e se vier a estar claramente assegurado este serviço público na Região, não em janelinhas, não em frinchas, mas exactamente como existe neste momento.

Já agora, temos a veleidade de propor neste caso ao proponente, passe a redundância, de que consideramos que este grupo de trabalho deveria integrar alguém que tivesse a experiência de fazer rádio...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... e televisão na Região Autónoma dos Açores. Alguém que tivesse passado pelo pôr, como se costuma dizer, “a mão na massa”.

Portanto não fosse só um trabalho de conceptualização, mas que fosse enriquecido por alguém que fez um trajecto de dificuldades, de obstáculos, de potencialidades e que conhecesse bem aquilo de que estamos a falar, sem pôr de maneira nenhuma em causa, nem o curriculum, nem a credibilidade nem a capacidade do Dr. José Manuel Mendes e menos ainda a Deputada Isabel Rodrigues que, com toda a legitimidade é proposta para integrar esta comissão. Pelas razões apresentadas o nosso voto será de abstenção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais intervenções. Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na sequência exactamente do que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, pelo BE com certeza, dizer-lhe o seguinte:

Sra. Deputada realmente de tão lúcida e tão objectiva que é e tem sido felizmente nas suas análises, eu julgo que uma coisa não impede a outra. Aliás, eu julgo que uma coisa é a continuidade da outra. Portanto, não vejo nenhum mal, antes pelo contrário, se estamos a tomar as acções que temos que tomar, temo-lo feito nesta casa.

Sra. Deputada, eu vou lembrar-lhe uma coisa: desde 2006 quando o CDS apresentou aqui um projecto de resolução que temos tido este tipo de acção e continuamos a ter. Não é de agora, não é de ontem, não é de há um ano, é há 5 anos que nós colocamos este assunto na ordem do dia e que nos preocupamos com a RTP/Açores.

Devo dizer-lhe que na altura fomos mal interpretados e mal entendidos por parte da RTP/Açores e nomeadamente pelo seu director, que depois nos moveu as mais, enfim, inconcebíveis e reprováveis perseguições. Mas não foi isso que nos fez andar para trás. Sempre para a frente e sempre enfrentando essa gente.

Agora foi exactamente por causa de não termos um conceito de serviço público definido concretamente, que se anda nesta jigajoga para trás e para a frente.

Devo dizer-lhe Sra. Deputada que isto já não vai com manifestações e não é por aí que a coisa vai. Temos que defender. Cá estamos! O CDS cá está para o defender ao lado de quem quer que seja. Sempre esteve.

Agora enquanto não definirmos (e a Sra. Deputada sabe que há 8 anos foi definido o conceito de serviço público de rádio e televisão em Portugal permita-me a expressão, borrifaram-se para os Açores totalmente) este grupo de trabalho que foi criado, eu ainda não conheço a substância do trabalho, mas presumo que vai pelo mesmo caminho a avaliar pelos elementos que são praticamente os mesmos que integraram o outro grupo não vai haver grande diferença.

Agora a Sra. Deputada já me conhece a algum tempo e vou-lhe dizer uma coisa: eu convidei o Professor José Manuel Mendes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado convidou? Pensei que o Parlamento é que convidava!

O Orador: Não lhe fiz, como é natural e respeitável e de consideração pela pessoa não lhe impus e acho que não lhe devemos impor qualquer restrição ou constrangimento em quem ele quer convidar. Mas ele por acaso transmitiu-me que era importante ter alguém que estivesse nos Açores, que há muitos anos cá estivesse, etc.

E o que eu lhe disse foi: escolha quem bem entender. Foi essa a minha postura. Agora também me parece importante que haja alguém da rádio e televisão dos Açores ou que conheça a rádio e televisão dos Açores, ou que tenha cá estado, ou que já cá esteve, enfim que tenha qualquer experiência disto.

Agora não vou ser eu que vou dizer. Tenho toda a confiança que ele escolherá gente capaz disso e obviamente eu lembro-lhe, já lhe disse, o Professor José Manuel Mendes é açoriano, viveu muitos anos nesta terra, foi professor da Universidade dos Açores, na Terceira, foi professor em Ponta Delgada, deu aulas nas mais diversas ilhas e conhece muito bem os Açores. Portanto, nessa matéria, eu acho que ele terá obviamente isso em consideração.

Não sou eu, não somos nós, acho eu, que lhe devemos dizer.

Quanto ao Partido Comunista, pois eu não percebi os argumentos do Sr. Deputado Aníbal Pires. Eu acho que nessa comissão a verdadeira inovação é não haver interferência de Partidos Políticos.

Eu percebo o centralismo serôdio do PCP. Era melhor que aquilo partisse do comité central e que fosse o comité central a definir o que era o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Eu não tenho reservas nenhuma sobre quem será indicado pelo Professor José Manuel Mendes. Antes pelo contrário.

Relativamente ao curriculum dele, à personalidade dele, só tenho elogios a fazer e, portanto, eu não percebo as dúvidas do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Por um lado, arvora-se com a sua voz aí a defender a autonomia, mas ele quer que seja o PC a definir a autonomia e quer que seja o PC a definir o que é o serviço de rádio e televisão nos Açores. E isso é que é condenável. E isso é um grande sinal de cidadania deste Parlamento...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que disse isso?

O Orador: ... de confiar a um grupo de gente, do exterior, a este Parlamento, como já o fez no passado em relação a outras matérias.

O Sr. Presidente lembrar-se-á bem de encomendar um estudo em que nós, da sociedade civil, passamos a vida a apelar à sociedade civil. Quando se propõe a sociedade civil o PCP é contra. Mas pronto, Sr. Deputado, respeito a sua posição naturalmente.

Só uma breve nota, Sr. Deputado Pedro Gomes. Ouvi perfeitamente o seu aparte e devo dizer uma coisa: fui eu que falei com o Prof. José Manuel Mendes, fui eu, para o senhor perceber muito bem o que lhe estou a dizer e não me arroga representar este Parlamento.

A proposta está aqui para se este Parlamento quiser aprovar com toda a transparência, com os papéis todos em cima da mesa.

O Sr. Deputado tem pena de que não tenha dado um palpite para a escolha do nome, pois temos pena, mas às vezes não é o PSD que tem que dar um palpite para a escolha de tudo.

Portanto, continuo exactamente como no princípio e não me arroga a querer representar o Parlamento como às vezes há quem se arrogue a representar esta casa. Não Sr. Deputado, sei perfeitamente a representação que temos, sei perfeitamente o que valem e não queremos nem mais nem menos. Queremos apenas aquilo que somos e não nos armamos em ser aquilo que não somos.

Portanto, fica este reparo e esta nota. O Sr. Prof. José Manuel Mendes naturalmente que o conheço há muitos anos. Eu não sei se queria que eu fizesse uma consulta prévia ao seu grupo parlamentar para escolher o presidente desse grupo.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima segunda intervenção apenas para clarificar o seguinte: o Sr. Deputado Artur Lima disse muito melhor do que eu, no fundo, qual é a nossa perspectiva quando afirmou que uma coisa é a continuidade da outra, querendo

com isso dizer, presumo eu, que o estudo é a continuidade da luta pela defesa e pela manutenção do serviço público. Mas exactamente por ser continuidade não é concomitante.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 2006, Sra. Deputada!

A Oradora: Continuidade para nós quer dizer que vem no seguimento. Uma coisa vem no seguimento da outra, ou seja, uma coisa é depois da outra. Não é concomitante. E é aqui e apenas aqui Sr. Deputado que nós divergimos. É no *timing*, não é no objectivo, não é na composição deste grupo, não é em nada disso. É no *timing*.

Gostaria de relembrar a esta câmara que neste momento nós não estamos a correr o risco de ficar sem serviço público de rádio e televisão na região, porque não está conceptualizado dentro da lei de rádio e televisão o serviço público de rádio e televisão como ele deve ser nos Açores. Não, não!

Nós estamos a correr o risco de ficar sem este serviço público por decisão do Governo da República, por decisão do PSD e do CDS e por cumplicidade do conselho de administração desta empresa pública que é a RTP S.A. Isto tem que ficar muito claro.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Não é por não termos o conceito de rádio e televisão pública na região que corremos o risco de ficar com a janelinha. Quem decidiu a janelinha foi o Governo da República.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Este!

A Oradora: Quem concordou com a janelinha e abriu a porta para ela foi o conselho de administração da RTP/A.

Portanto, não vamos confundir as coisas Sras. e Srs. Deputados. Voltamos a dizer: toda a concordância com os objectivos, toda a concordância com o grupo de trabalho. Não agora. Depois de estar assegurado que o Governo da República revê e se retrata desta má e ilegítima decisão.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima diz-me que não percebeu os argumentos do PCP. De facto não percebeu, porque não contra argumentou, a não ser com aquilo que é habitual: quando não tem argumento político vem com o centralismo do PCP, com não sei quê, com o comité central etc. Enfim...

O Sr. Deputado ainda não percebeu que isso não dá resultado, nem me incomoda a mim, nem acrescenta nada à discussão política. E mais: parece-me que esse anti-comunismo primário só já reside mesmo no CDS-PP, porque as açorianas e os açorianos já perceberam a importância que o PCP tem na sociedade açoriana.

V. Ex.º é que à falha e por falta de argumento político insiste nessa questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são as dúvidas?

O Orador: Oh Sr. Deputado, como sabe eu já não lhe dou troco relativamente a isso. Portanto estamos arrumados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Arrumados? O que é que quer dizer com arrumados?

O Orador: Sr. Deputado, há aqui uma questão que é fundamental. V. Ex.^a tem feito um esforço louvável e bem-sucedido até à data de fazer tudo para lavar a imagem do CDS-PP descolando-o da República.

Sr. Deputado, não nos podemos esquecer de uma coisa e as açorianas e os açorianos não se podem esquecer duma coisa: é que este ataque declarado à RTP/Açores foi feito pelo Governo da República. Esse ataque foi feito por um Governo da República ao qual pertencem o CDS-PP e o PSD.

Portanto, V. Exa quer que eu lhe confie e aliás estranho como é que o Partido Socialista confia num ilustre representante de um dos partidos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS já confiou no Partido Socialista no passado!

O Orador: ... que faz parte daquela coligação governamental que governa o país e que, enfim, está a fazer aquilo que está, mas não vamos agora comentar isso.

V. Exa acha que eu, as açorianas e os açorianos, ou os trabalhadores da rádio e televisão nos Açores podem confiar no CDS-PP quando é o CDS-PP... Sr. Deputado, veja uma coisa: eu antes de entrar para aqui estava perfeitamente convencido de que o PSD não ia votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

Aliás quando vejo a posição do PSD de votação deste Projecto de Resolução, isto até serve de argumento como vêem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual delas? Tem duas posições!

O Orador: O PSD aí está. Agora Sr. Deputado, veja uma coisa: relativamente às dúvidas que eu lhe pus. Eu não pus em causa o Dr. José Manuel Mendes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É de esquerda!

O Orador: Como lhe disse até tive o cuidado de ir ver o curriculum e tem um curriculum invejável. Portanto, nem sei se é de esquerda, se é de direita. Não está lá a filiação partidária, nem coisa nenhuma. Isso é de somenos importância. Não é isso que me preocupa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então qual é a sua dúvida?

O Orador: Aquilo que me preocupa é que o objectivo do estudo está vago, está mal definido, está sim senhor. É a definição de serviço público adaptado à realidade geográfica, à nossa realidade, portanto à realidade açoriana. Mas isso é muito vago, Sr. Deputado. É porque isso dá para tudo. Até dá para fazer um caderno de encargos para depois seguirmos o caminho que o PSD e o PPM propõem que é o da privatização, o da abertura da RTP/Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não está lá!

O Orador: Ah, pois, isto não está lá. Eu sei que não está lá, mas está lá o caminho aberto para isto Sr. Deputado.

Portanto, se não percebeu os meus argumentos está agora a percebê-los. E depois por muita confiança que me inspire o curriculum do Dr. José Manuel Mendes não me parece que seja um bom indicador estarmos a dar competência ao Dr. José Manuel Mendes para nomear o grupo de estudos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: Não, não!

Sr. Deputado veja uma coisa. Não tem o objectivo do estudo bem definido e como não tem o objectivo do estudo bem definido eu não posso confiar que o grupo seja estabelecido *ad hoc* do pelo Dr. José Manuel Mendes, exactamente porque V. Exa não definiu claramente os objectivos.

Aliás eu gostaria de saber que envolvimento é que vão ter os trabalhadores da RTP/Açores neste estudo.

Portanto, Sr. Deputado, o seu esforço de lavar a sua imagem relativamente ao Governo da República tem sido louvável e tem dado bom resultado. Mas, Sr. Deputado, não é ao PCP, não é ao Deputado do PCP que V. Exa., com essas suas iniciativas e com essas suas supostas demarcações da política do Governo do PSD e CDS-PP... Isto não tem nada a ver com autonomia nem com a defesa da RTP/Açores, Sr. Deputado. Isto tem apenas a ver com esse seu objectivo claro de passar incólume relativamente às responsabilidades que o CDS-PP tem na situação que o país está a atravessar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não somos só nós! Está enganado!

O Orador: ... e cujos reflexos perversos e negativos se instalaram e estão a instalar na região. O ataque à RTP/Açores é desferido por um governo do PSD e do CDS-PP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bom parece-nos que em todos os debates temos sempre um desestabilizador de serviço. O Sr. Deputado Aníbal Pires faz hoje e muito bem esse papel.

Eu queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que presumo que o Sr. não queria utilizar o termo “arrumados”, que o Sr. aqui ainda não vai “arrumar ninguém”, porque felizmente não estamos na União Soviética, nem no Kremlin e temos um Parlamento democrático, Sr. Deputado.

Agora Sr. Deputado, já demos no passado vários exemplos de estar ao lado do Partido Socialista, ao lado dos açorianos, quando o governo da República era socialista.

Portanto, não nos admira, antes pelo contrário que também agora com o mesmo objectivo que é a defesa dos Açores, o Partido Socialista esteja do lado do CDS que está a defender os Açores. Portanto, não há nenhuma contradição nisto.

Agora Sr. Deputado eu vou dizer-lhe uma coisa: nós somos leais com o nosso partido a nível nacional. Vou garantir-lhe uma coisa: nós não temos nos Açores nenhum controlador para dizer o que eu digo, ou deixo de dizer e não recebo ordens do comité central para perguntar se voto ou não voto. E é isso que o incomoda.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, já o demonstrei no passado e o Partido Comunista anda por cá há muitos anos e nunca lhe vi uma preocupação sobre a RTP/Açores. Há muitos anos!

Vou dizer-lhe só mais uma coisa Sr. Deputado: não tenho o ímpeto controlador da sociedade que o Partido Comunista tem e é esse pelos vistos o problema do Sr., não ter uma palavrinha a dizer ao não integrar esse grupo. Isso é que é lamentável.

Agora, Sr. Deputado, eu quando tenho que me demarcar do Governo da República, seja ele do PS, seja ele do PSD, ou seja ele do PSD e do CDS, eu não tenho nenhum problema em fazê-lo, como já o fiz e como não tenho em o apoiar.

Agora o que me custa a perceber é que um partido que se diz democrata tenha um líder parlamentar que elogia a Coreia do Norte e diz que a Coreia do Norte é uma democracia.

Portanto, sobre isso, Sr. Deputado, não tenho mais conversa para lhe dar. O assunto é a RTP/Açores. O Sr. Deputado quer votar contra vote, está no seu direito democrático. Felizmente vivemos numa democracia e o Sr. pode votar contra. Portanto vote contra com esses argumentos, enfim, que não colhem, mas é a sua opinião. Portanto faz favor, vote contra. A conversa relativamente ao seu tempo de antena pela minha parte acabou.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para utilizar uma expressão que foi aqui utilizada ontem uso a palavra para fazer um lamento.

Eu estava a estranhar que um debate que foi feito sempre em torno do PSD que não se falasse no PSD. Estava a estranhar e estava a achar bem. É de saudar. É que há uma proposta do CDS-PP relativamente à qual o PSD fez uma intervenção curta, concisa e precisa, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires não deixou passar a oportunidade de se atirar ao PSD com aquela voz forte que os açorianos já conhecem e como se fosse o PSD...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ninguém tinha percebido isso!

O Orador: ... que tivesse a ver com isto tudo.

É só para deixar claro, mais uma vez, e lamentavelmente, que há partidos que querem apenas e só partidarizar este debate. Não querem promover as soluções, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PSD!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores é que criaram a RTP!

O Orador: ... encontrar e construir caminhos para resolver o gravíssimo problema pelo qual passa o serviço público de rádio e televisão. Há partidos que mais uma vez demonstraram que querem apenas e só fazer guerrilha partidária. E vai daí, atiram-se ao PSD como ainda agora voltou a acontecer.

Na perspectiva do PSD, para que fique mais uma vez claro, quem destruiu o serviço público de rádio e televisão foram estes anos todos com governos do PS na República e na Região que colocaram o serviço público na debilidade em que ele está.

Deputado Berto Messias (PS): Quem é que está a partidarizar a questão?

O Orador: Eu acho tão estranho, tão estranho, que agora venham tentar branquear o passado recente do serviço público, dizendo que a culpa é do PSD e do CDS-PP.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que está a atacar agora?

O Orador: Sr. Deputado e é, dizem aqueles, aqueles Srs. Deputados.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

Orador: O que me parece estranho é isso.

Sr. Deputado, eu já lhe disse e lamento: a expressão “faltou” é comparável com os epítetos como os que os Srs. têm utilizado e têm marcado a sua participação política parlamentar.

Mas para ir ao que é importante. Até parece que até Agosto deste ano estava tudo bem com o serviço público de rádio e televisão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estávamos muito melhor!

O Orador: Até parece que estava tudo bem! Até parece que as horas, horas, horas e horas de debate de queixas, de queixumes, de incómodos de incapacidades não existiram. Estava tudo bem. E agora a culpa é do PSD.

Para o PSD, e para encerrar da nossa parte a nossa prestação sobre esta matéria, estamos disponíveis para o debate, mas sobretudo estamos disponíveis para as soluções. Parece que alguns estão apenas disponíveis para o debate e cada vez que aparece uma solução ou um caminho para a solução fogem a sete pés por uma única razão: querem que tudo continue como está e como tem estado todos estes anos.

A diferença é pura e simplesmente esta. Da parte do PSD, finalizo dizendo.

Nós não queremos só o debate. Até achamos que sobre esta matéria já se discutiu demais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

O Orador: É preciso ocupar o tempo com soluções com contributos concretos. O PSD já deu. Outros partidos, de uma forma mais assumida, ou outra, também deram, nem vamos aqui tentar colorir isto. É preciso é perder cada vez menos tempo com conversa e mais tempo com resoluções.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por isso o senhor já falou 3 vezes!

O Orador: Em concreto, a proposta do CDS-PP é um caminho, não quer dizer que seja a solução perfeita, não quer dizer que através dela se encontre a solução perfeita. É um caminho!

Vamos para isso sem preconceitos partidários, sem preconceitos do símbolo que está no papel, sem preconceitos de eu é que sou melhor que o outro. Vamos tentar pôr o serviço público, este sim, melhor do que ele está hoje.

A grande questão é esta: o serviço público de rádio e televisão tem de ficar melhor do que aquilo que existe hoje. Esta é que é a grande questão.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não fique pior!

O Orador: Da parte do PSD isto é inequívoco. O que nos preocupa e ocupa é apenas isto: dar contributos efectivos e concretos para que o serviço público de rádio e televisão saia do problema em que se encontra e fique melhor do que está, numa perspectiva positiva e construtiva de intervenção política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem 30 segundos. O Sr. é que gere o seu tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires:** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Clélio Meneses, não há aqui nenhuma guerrilha partidária em termos da posição do PCP.

Agora é inegável que este último ataque, que pode ser mortal, é da responsabilidade do governo do PSD e do CDS.

Relativamente à questão do argumentário do Deputado Artur Lima dizer o seguinte: o Sr. não explicou, não quis explicar a dúvida que eu lhe coloquei que tinha a ver, e eu afirmei e reafirmo, que o objectivo é muito vago. V. Exa sobre isso disse zero. Mas, entretanto, falou da Coreia do Norte como se a Coreia do Norte tivesse a ver alguma coisa com os Açores. Falou do comité central do PCP como se isso tivesse a ver alguma coisa com os Açores. Falou do meu controlador ou dos meus controladores e o que é que isso tem a ver com a RTP/Açores?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Disse que eu não sou controlador!

Presidente: Gostava que terminasse.

O Orador: Termine já Sr. Presidente.

Depois, Sr. Deputado Artur Lima, relativamente a preconceitos eu não tenho nenhum e se calhar no saldo eu já aprovei mais iniciativas do CDS-PP do que reprovei. Portanto, não há nenhum tipo de preconceito relativamente a isso, nenhum Sr. Deputado! Preconceito, de facto, a haver, só pode ser de V. Exa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Secretário da Agricultura:

Muito brevemente. Eu não fazia intenções de intervir no debate até porque se trata de uma iniciativa que parecendo ao governo ser uma iniciativa útil e legítima, é sobretudo algo que resulta da actividade da Assembleia. Portanto nós acompanharemos com interesse, mas não nos envolve directamente.

De qualquer maneira por insistência do Sr. Deputado Clélio Meneses voltam a ser feitas aqui afirmações que merecem da nossa parte repúdio e esclarecimento. Dizer-se, continuar a dizer ao fim de uma semana de debate, ao fim de já termos analisado esta questão por diversas vezes nesta casa, continuar a dizer que a culpa do que está a acontecer é dos governos do PS e dos governos do PS na região nos últimos anos, é inadmissível, inaceitável e merece o nosso repúdio, porque há uma história.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): As pessoas sabem!

O Orador: E a história é conhecida de todos nós e é muito simples. Até Agosto de 2011...

Deputados Berto Messias e José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... discutia-se a qualidade do serviço público e as dificuldades do serviço público. Até Agosto de 2011, o PSD dizia que isso era muito fácil de resolver e o Sr. Deputado Clélio Meneses disse várias vezes nesta casa: é preciso é mais dinheiro, mais dinheiro para máquinas,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é mentira! Eu nunca disse isso! Isto é inadmissível!

O Orador: ... mais dinheiro para recursos humanos, mais dinheiro. É preciso investir, é preciso o Governo da República investir no serviço público regional, é preciso comprar maquinaria, equipamento, é preciso pôr as pessoas a trabalhar. Era a solução. A 30 de Agosto de 2011, um Sr. Ministro do PSD, o antigo secretário-geral do PSD nacional, um Ministro conhecido pelas suas posições centralistas, disse assim:...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu nunca disse isso! Como é que o senhor consegue dizer isso com tanta facilidade!

O Orador: ... a partir de agora a RTP/Açores, como custa muito dinheiro, vai passar a emitir 4 horas. Foi isso que foi dito. E dói. Foi aí que as coisas mudaram. E foi aí pela primeira vez que se pôs em risco a continuidade e a existência do serviço público de rádio e televisão nos Açores. A história é esta, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É mentira

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não foi essa a história!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu nunca disse isso!

O Orador: Não vale a pena vir 5 vezes, 10 vezes durante uma semana dizer que a culpa é dos governos que estão para trás. A culpa é do Governo do PSD da República, a culpa é do Governo que os Srs. apoiam.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu nunca disse isso!

Deputado Francisco César (PS): Então desminta!

O Orador: E essa história tem que ser contada as vezes que forem precisas até as pessoas nos Açores perceberem. A história é muito simples de contar, conta-se em 3 tempos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nunca disse isso. É inadmissível!

O Orador: É o tempo anterior ao Ministro Miguel Relvas, é o tempo da decisão do Sr. Ministro Miguel Relvas, é o tempo da decisão do Sr. Ministro Miguel Relvas. O futuro obriga-nos a todos aqueles que querem estar de boa-fé, a estarem do mesmo lado para salvar a RTP/Açores. Os Srs. não querem estar

do lado da salvação. Os Srs. têm uma óptima solução que vai salvar tudo, mas é só daqui a um ano e meio.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um ano e meio quando formos governo! Até lá os senhores não querem!

O Orador: Agora não querem estar do lado da salvação, querem estar do lado da mistificação. Os açorianos perceberam a diferença. O dia chave é o dia em que o Ministro Miguel Relvas, apoiado pelos Srs. do governo que os Srs. apoiam, disser: passe-se a RTP/Açores para uma janela de 4 horas. Esse é que é o dia chave das coisas.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou, naturalmente, por respeito ao Sr. Deputado Aníbal Pires, fazer outro tipo de argumentação, porque não tenho tempo. Portanto, vou só, e se me permite – presumo que leu com toda a atenção o Projecto de Resolução –, citar dois parágrafos:

“A RTP/Açores não é um capricho dos açorianos. Pelas especificidades próprias da realidade insular e ultraperiférica, a RTP/Açores é um importante meio de promoção da coesão social e territorial, para além de que mais nenhuma região do território continental nacional tem órgãos de governo próprio como a Região Autónoma dos Açores”.

Exactamente pelas especificidades próprias da região é que se justifica a existência dum centro regional de serviço público de rádio e televisão.

Depois diz assim: “A solução apontada de redução da emissão da RTP/Açores é censurável, configura um desrespeito à autonomia regional conquanto a RTP/Açores é uma das conquistas do processo autonómico.”.

Sr. Deputado, não tenho problemas em afirmar contra a decisão do Conselho de Administração da RTP e contra a decisão do Sr. Ministro Relvas que já critiquei publicamente e enfatizo aqui a crítica. Mas vou começar por ler o primeiro parágrafo.

A Constituição da República Portuguesa determina no n.º 5 do artigo 38.º do capítulo I – direitos, liberdades e garantias pessoais – que passo a citar:

“O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão”.

É isto que está aqui, é isto que o CDS quer, seja contra o governo da República, seja contra quem quer que seja. Nós não prescindiremos, Sr. Deputado, nunca da defesa dos interesses dos Açores. Não prescindimos no passado quando os diversos governos que lá estiveram. Enfim, dos diversos episódios que passaram na autonomia regional, nestas mais de 3 décadas, o CDS sempre manteve a sua autonomia, sempre obviamente respeitando os órgãos nacionais do partido. Nunca deixámos de ter a nossa autonomia.

Mesmo estando no Governo da República isso não nos condiciona em nada, em rigorosamente nada Sr. Deputado. Quando tivermos que elogiar e apoiar o Governo da República também o fazemos, como o fizemos quando o Governo da República não era do CDS.

Portanto, relativamente ao objecto eu julgo que não podia ser mais claro, Sr. Deputado. E acho que aqui é que está verdadeiramente a importância deste Projecto de Resolução. É definir o conceito de serviço público audiovisual optimizado, Sr. Deputado, às circunstâncias geográficas.

É importante ou não para nos diferenciarmos do continente? Culturais, Sr. Deputado.

É importante ou não é para nos diferenciarmos do continente, Sr. Deputado?

E sociais, incluindo aqui nos sociais e nos culturais a nossa diáspora e o que tem a ver com o nosso arquipélago. Os emigrantes gostam de ver as nossas gentes e a sua terra longe que estão.

Sociais e culturais Sr. Deputado!

E depois, políticos, Sr. Deputado, porque no continente como o Sr. sabe melhor do que eu, naturalmente porque viveu lá mais anos do que eu, sabe que no continente a comunicação social não liga nenhuma ao que se passa, por exemplo, nesta casa. Rigorosamente nada. E, portanto, se nós não definirmos ...e depois há uma coisa que eu já chamei aqui atenção Sr. Deputado e que não ouvi mais ninguém dizer, que é o seguinte: os políticos do continente não

precisam da RTP/Açores para nada, porque sabem e o Sr. Ministro disse-o, enfim, sem querer, que 93% dos açorianos já tinham TV Cabo.

Portanto, 93% dos açorianos já ouvem os políticos do continente e tudo o que quiserem dizer do continente pela casa dentro, pela SIC, pela TVI, pela SIC Notícias pela RTP Informação, por isto e por aquilo, e portanto isto é mais um contributo que uns não precisam da RTP/Açores para nada.

Não precisam, mas isto foi a evolução dos tempos e nas circunstâncias actuais com os canais de televisão, com o cabo, com todo o acesso tecnológico informático que os açorianos têm agora, se nós não tivermos um conceito de serviço público aos Açores, nomeadamente na questão arquipelágica e de catástrofes, se não tivermos isto muito bem definido, Sr. Deputado, teremos menos razão e menos argumentos para nos impormos à República e ao centralismo da República que, nuns partidos mais do que noutros ainda infelizmente é uma realidade, sobretudo pelo que se está passando na vizinha Região Autónoma da Madeira (os ataques à autonomia, aos nossos direitos e às nossas regalias) se quiser, está como nunca esteve, debaixo de fogo e provocando em certa medida alguma revolta, digamos assim, se me permitem o termo, do povo do continente contra as autonomias.

Portanto, é preciso dizer, como eu já disse aqui, é preciso mostrar a diferença dos Açores em relação à Madeira e dos Açores em relação ao continente. É preciso enfatizar no continente, na comunicação social, as nossas especificidades próprias da realidade insular. Enquanto isto não for entendido pela sociedade açoriana e continental não vamos a lado nenhum. O objecto da resolução é claríssimo, os seus pressupostos são claríssimos e o seu fim também é muito claro.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito sinceramente não estava para intervir, mas a situação é tão grave que me impele a tomar uma posição do mais profundo repúdio, por alguém, com as responsabilidades dum membro do governo e para se relacionar com o

Parlamento utilize os seus argumentos com base em mentiras. Isto é absolutamente inadmissível. Eu nunca disse, e que fique claro,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estávamos todos aqui!

O Orador: ... perante esta câmara e os açorianos, que o problema de serviço público de rádio e televisão se resolvia com mais dinheiro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Exigir ao Governo da República mais dinheiro!

O Orador: Isto é absolutamente falso. E o Sr. levantou-se da sua bancada para dizer que o Deputado Clélio Meneses sempre disse que o problema se resolve com mais dinheiro e mais dinheiro. Isto é absolutamente falso e a verdade tem que ficar acima de tudo. E como disse na minha primeira intervenção, sobre este debate no primeiro dia, não há lição melhor do que a vida...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estávamos todos cá!

O Orador: ... e algumas pessoas já deviam ter aprendido muito com a vida...

Deputada Cecília Pavão (*PS*): Já, já! O senhor!

Deputado Berto Messias (*PS*): Concretize lá isso!

O Orador: ... sobretudo com alguns factos bem recentes.

Segunda nota. Essa permanente ânsia de falar no PSD uma vez é com uma distrital qualquer do PSD, outra vez é um Ministro qualquer do PSD, sempre a tentar colar o PSD a tudo o que acontece. Os Srs. esquecem-se que os Srs. são do Partido de José Sócrates.

Deputado José San-Bento (*PS*): E o senhor do partido de Passos Coelho!

O Orador: Os Srs. são do Partido de José Sócrates que até parece que nunca existiu, até parece que José Sócrates nunca existiu.

Eu até penso que os Srs. nos momentos de maior distração até pensam que o José Sócrates nem sequer nasceu. Eu acho que os Srs. pensam que José Sócrates não nasceu ainda.

A verdade é que os Srs. são do Partido de José Sócrates que pôs o país no estado lastimável que está, que contribuiu para que o serviço público de rádio e televisão esteja no estado lastimável em que está e estão permanentemente a

tirar a água do capote, atirando responsabilidades para outros, muitas vezes com base em mentiras como aquela que eu agora acabei de desmontar.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não era os senhores que se desvinculavam da posição do seu líder a nível nacional?

O Orador: Da nossa parte, repito, quantas vezes entender e até que a voz me doa: por parte do PSD, mais importante do que os ataques a guerrilha, do que os debates, é o contributo para as soluções e até agora vimos muito pouco.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Reitero, mais uma vez: vamos todos juntar as forças e a voz para resolver de uma vez por todas os problemas do serviço público de rádio e televisão.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não é agora! É em 2013!

O Orador: É este o nosso compromisso.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Prescindo, Sr. Presidente!

Presidente: Muito bem Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados não tenho mais intervenções. Vamos votar este Projecto de Resolução do CDS-PP. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam fazem favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 contra do PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão**, apresentado pelo PSD, para a sua **Resolução 55/2011 – “criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento e avaliação da implementação das políticas de coesão”**.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Presidência:

Para apresentação do nosso diploma e também para justificação do pedido de urgência que entregámos na Mesa da Assembleia. Temos neste momento nos Açores quase 12 mil pessoas à procura de emprego. Temos nos Açores quase 18 mil casos de rendimento social de inserção. Temos nos Açores 30 mil famílias a viver com menos de 540 euros.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é uma análise dos números da região!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Calma, Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Secretário Regional vamos deixar falar o interveniente. Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Orador: Eu repito, porque o Sr. Secretário Regional com os apartes talvez não tenha ouvido.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu ouvi!

O Orador: Temos nos Açores quase 12 mil pessoas à procura de emprego. Temos quase 18 mil pessoas no rendimento social de inserção. Temos cerca de 30 mil famílias a viver com menos de 540 euros. E, tudo isto, depois de 15 anos em que a preços constantes se investiu e o governo regional executou mais de 25 mil milhões de euros, 25 mil milhões de euros em 15 anos. Isto representa, Srs. Deputados, mais de 100 mil euros por cada açoriano.

Mas para além deste cenário que temos em relação ao desemprego e ao rendimento social de inserção, nomeadamente temos outro problema tão ou mais grave e esse mina estruturalmente as raízes da nossa arquitectura do nosso sistema autonómico que é, temos ilhas e espaços de ilha que estão a ficar para trás. Esta região foi construída sob os escombros dos ex-distritos pela primeira vez depois do 25 de Abril e com o regime autonómico ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que urgência!

O Orador: Oh Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor de continuar.

Deputado Berto Messias (PS): Quer que peça a acta do diário das sessões?

O Orador: Sr. Presidente para evitar coisas que já aconteceram e depois ficamos todos mal por causa de uma pessoa, eu pedia o favor ...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os apartes são regimentais!

Deputado João Costa (PSD): Depende do conteúdo dos apartes!

Deputado José San-Bento (PS): Bombeiro incendiário é o que o Sr. é.!

Orador: Bom, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuo. É bom que todos nos lembremos. Há coisas que talvez sejam premeditadas.

Deputado Berto Messias (PS) Há muitas coisas premeditadas! Então não há?

A premeditação é uma arte que faz parte da bancada do PSD!

O Orador: Eu temo que cada vez que se passa um caso aqui dentro o Governo fica bem e o Parlamento fica mal. E eu não sei se algumas coisas não sejam premeditadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos continuar até para continuarmos dignos e dignificarmos o Parlamento.

Orador: Continuando Sr. Presidente, nestes 15 anos de governação socialista 25 mil milhões de euros; 100 mil euros por cada açoriano, depois temos ilhas e espaços de ilhas que estão a ficar para trás. A Região que foi construída sob os escombros dos ex-distritos que pela primeira vez no final da década de 70 se olhou como região naquela perspectiva de que nenhuma ilha deve ficar para trás, mas nenhuma deve atrasar outras, isto neste momento está em causa. E isto mina os alicerces do nosso sistema autonómico.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E é por isso que isto não é uma questão de somenos. É das questões, na nossa opinião, mais importantes que temos aqui para debater e que temos aqui para reflectir.

Deputados Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Só por isso, que não fosse por mais nada já seria importante a nós reflectirmos aqui a necessidade de criarmos um espaço, uma comissão própria para reflectir a matéria da coesão.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mais outra comissão!

Deputado José San-Bento (*PS*): O que tu queres sei eu!

O Orador: Mas para além disso temos na verdade outros acontecimentos mais recentes que o vêm impor. O governo criou, como saberão, as Ilhas de Coesão e a alguns anos atrás e as Ilhas de Valor. O conceito de Ilhas de Coesão e a Sociedade Ilhas de Valor.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sociedades é o que os senhores queriam!

O Orador: Passados alguns anos agora o governo vem apresentar o PECA. O PECA não é mais do que o reconhecimento de papel passado e timbrado do governo, é o reconhecimento dos erros, do falhanço enorme da governação socialista no que respeita à coesão.

Deputado José San-Bento (*PS*): É mentira!

O Orador: E este PECA que foi aprovado em Conselho do Governo no dia 25 ou 26 de Maio e que teve a apresentação pública na Graciosa a 28 de Agosto (teve a apresentação para a discussão pública a 28 de Agosto na Graciosa), tem a sua aprovação, segundo informações públicas, prevista até ao final do ano, razão pela qual não só é importante que nós pensemos na criação desta comissão eventual, como também que se impõe o nosso pedido de urgência para que se possa analisar aqui e hoje possa eventualmente ser aprovado, como esperamos.

Aprovada a comissão ela possa começar a trabalhar ainda acompanhando esta discussão pública. Porque senão, como os Srs. saberão, provavelmente para no plenário de Outubro, com sobrecarga de trabalhos, já não teremos tempo para analisar isto.

Em Novembro é o plenário do orçamento.

Estaremos, portanto, em Janeiro ou Fevereiro. E, não só pelo acumular de situações complicadas que tem havido em relação ao desenvolvimento das nossas ilhas no seu global, mas também pela necessidade que, face a este reconhecimento de papel passado, representa o PECA e que vai estar em discussão pública até ao final do ano, o Parlamento não se demita das suas funções de trabalhar nesta matéria, que é de crucial importância para o nosso

regime autonómico. É por isso que nós apresentamos este Projecto de Resolução e é por isso que nós apresentamos com pedido de dispensa de exame em comissão.

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PCP vai votar a favor da urgência porque considera que efectivamente esta temática que o PSD quer colocar, nomeadamente com a criação de uma comissão eventual, concorda em absoluto.

No entanto, não posso deixar de dizer que a comissão eventual sobre o PECA peca logo por uma questão: é que V. Exas...

Presidente: Sr. Deputado isso nós veremos depois. Nós estamos a discutir a urgência.

O Orador: Está bem mas deixe-me só, Sr. Presidente, em 2 segundos.

Peca pelo facto de ser uma comissão eventual sobre a coesão onde efectivamente as ilhas de menor dimensão, enfim têm estado à margem e na sua constituição deixa os mais pequenos de fora.

Deputado José San-Bento (PS): Então não é coesão!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pelo amor de Deus!

Presidente: Não sei se há mais intervenções. Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou cumprir o Regimento e vou naturalmente cingir-me a falar na questão da urgência.

O Partido Socialista reconhece e sabe da importância que têm as políticas de coesão para os Açores. Aliás, falar de coesão é um património inquestionável do Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Um património muito degradado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Falar sim, agir é que é mais complicado!

O Orador: Essa matéria tem estado no centro da agenda política, aliás, esteve muito recentemente com a visita do Senhor Presidente da República à nossa região que sobre essa matéria, aliás, permitam-me recordar-lhe, dizia a certa altura que percebeu que não era uma tarefa fácil desenvolver ilhas tão pequenas, mas que tinha a consciência que as políticas implementadas estavam no caminho certo, pareciam estar correctas.

Portanto, muito recentemente essa questão esteve no centro da nossa agenda e tem feito parte daquelas que são as nossas preocupações. Neste momento, como sabemos está no período de discussão pública...

Deputado João Costa (PSD): Até quando?

O Orador: ... um novo documento enquadrador em termos de políticas públicas para as ilhas da coesão nos Açores, que iniciam agora um novo ciclo, depois do primeiro ciclo em termos de políticas de coesão.

Sendo ainda uma ante-proposta, estando esse documento num período de discussão pública, não me parece de todo que esta matéria tenha que ser votada aqui com urgência.

Portanto, julgo e parece-me pertinente e adequado, que esta matéria possa baixar à comissão...

Deputado João Costa (PSD): Para marinar!

O Orador: ... e ser discutida em comissão.

O Partido Socialista votará contra este pedido de urgência.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Realmente a coesão nunca foi urgente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:
Pedido de autorização para prestação de depoimento como testemunha da Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira no âmbito do processo de inquérito à EBS da Povoação a correr termos na Inspeção Regional da Educação.

Há o relatório da comissão que vamos votar.

O relatório é no sentido de se concordar que a Sra. Deputada dê depoimento por escrito e esta participação como testemunha não tem nada a ver com as suas funções de Deputada. Assim sendo vou passar à votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido para autorização apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo para uma proposta de deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Setembro.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de deliberação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminamos os nossos trabalhos. Bom regresso a vossas casas. Bom dia e até sempre.

Eram 11 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gaspar Rosa de Lima

Partido Social Democrata (PSD)

Mark Silveira Marques

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Correspondência entrada

1 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato de Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, eleito nas listas do Bloco de Esquerda/Açores pelo Circulo Regional de Compensação, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2011

Proveniência: José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Data de Entrada: 2011.09.29;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do Sr. Deputado José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho pelo Sr. Deputado Mário Manuel de Castro Moniz

Proveniência: A Presidente do Grupo Parlamentar do BE, Zuraída Soares

Data de Entrada: 2011.09.29;

Assunto: Ofício a comunicar a renúncia do mandato, com efeitos a 26 de Setembro de 2011, nos termos do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA

Proveniência: António André Pimentel

Data de Entrada: 2011.09.29;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da renúncia do mandato de Deputado António André Pimentel, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista indicará, oportunamente, o nome do candidato que o irá substituir na lista do PS da ilha do Corvo, o qual preencherá a vaga em aberto

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar, Berto Messias

Data de Entrada: 2011.09.29.

2 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Projecto de Resolução – “Promoção do Voluntariado”](#) - (Nº 37/2011)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Assunto: [Projecto de Resolução – “Prevenção do Bullying nas Escolas”](#) - (Nº 39/2011)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a](#)

[identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina – \(N.º 41/2011\)](#)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que garanta a abertura do 3.º Ciclo do Ensino Básico no Estabelecimento Educativo das Lajes da Escola Básica e Secundária das Flores](#) - (N.º 52/2011)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Petição – “Aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho”](#). – (2/2011)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Sociais.

3 – Diários:

Consideram aprovados na presente na Sessão Plenária os Diários n.ºs 99, 100, 101, 102, 103, 104 e 105, bem como a Separata n.º 5/2011.

—

Pºlo Redactor: José Silvino Mendonça Tomás